

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAL 1º SEMESTRE DE 2007



Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Número comum de matrícula na C.R.C. de Lisboa e de Pessoa Colectiva: 500 100 144

Capital social EUR 629.293.220

Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9º, Letra J

1099 - 008 LISBOA



INDÍCE

I - Relatório de Gestão

1. A performance Operacional do Grupo em Portugal	4
2. A performance Operacional do Grupo na Polónia	4
3. A performance da Holding	5
4. Factos Subsequentes	5
5. Perspectivas para o 2º Semestre de 2007	5
6. Informação sobre matérias ambientais	5
7. Declarações Legais	6
Anexo ao Relatório de Gestão	7

II - Demonstrações Financeiras

1. Demonstrações Financeiras	10
2. Notas às Demonstrações Financeiras	14
3. Relatórios de Auditoria	25



I . RELATÓRIO DE GESTÃO

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.**SOCIEDADE ABERTA****RELATÓRIO DE GESTÃO****1º Semestre de 2007**

A Jerónimo Martins enquanto gestora de participações sociais detém um portfolio de investimentos composto por forte presença na distribuição alimentar em Portugal (Pingo Doce, Feira Nova e Recheio) e Polónia (Biedronka), no sector industrial onde mantém à longa data uma parceria com a Unilever (Unilever Jerónimo Martins), no retalho especializado (Hussel e Jeronymo) e ainda serviços de marketing e distribuição (JMD).

A Jerónimo Martins enquanto Holding do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo que as áreas funcionais de apoio ao Grupo vão desde a administração, relações institucionais, desenvolvimento e estratégia, planeamento e controlo, jurídico, gestão de risco, fiscalidade, auditoria interna, recursos humanos, operações financeiras, contabilidade, consolidação, segurança e comunicação. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços foi de 4,9 milhões de euros.

A performance operacional do Grupo em Portugal

O **Pingo Doce** registou, nestes seis meses de 2007, um aumento da sua quota de mercado no universo APED¹ de 120p.b. em relação ao mesmo período do ano anterior, em resultado de contar no seu parque de lojas com mais 16 unidades e também de um forte desempenho LFL que mesmo com uma comparação mais difícil (+11,1% de LFL no segundo trimestre de 2006) atingiu 7,6% no segundo trimestre de 2007. As vendas de marca própria no Pingo Doce cresceram 35,5%, representando 38,0% das vendas da Companhia no semestre.

No **Feira Nova** e com o objectivo de acelerar o reposicionamento da insígnia, foi dada especial atenção ao aumento da penetração da marca própria na área alimentar, tendo as vendas desta categoria de produtos aumentado, nos mini-hipers, para 19,5% das vendas versus 13,6% no mesmo período do ano anterior.

Na **Madeira**, o forte desempenho de vendas, numa base comparável, é reflexo da decisão de replicar nas lojas Pingo Doce presentes naquele mercado a estratégia já implementada em território continental.

No **Recheio**, destaca-se o forte desempenho da companhia no canal HoReCa onde as vendas a este segmento registaram, nos primeiros seis meses do ano, um crescimento de 9,5%.

Na área da **Indústria**, relembra-se a alienação do negócio de ultracongelados em Novembro de 2006. Numa base comparável as vendas atribuíveis a Jerónimo Martins cresceram 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A performance operacional do Grupo na Polónia

As vendas da Biedronka cresceram 34,2% em euros, tendo o EBITDA atingido 58,7 milhões de euros (mais 55p.b. para 5,5% das vendas), um aumento de 49,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acelerar do crescimento económico está a contribuir para que a Biedronka ultrapasse os seus, já de si exigentes, objectivos. Ao longo do segundo semestre espera-se que a evolução de vendas e resultados continue a revelar uma tendência francamente positiva.

¹ APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição

A análise das actividade do Grupo encontra-se tratada com mais detalhe no Relatório Consolidado de Gestão que acompanha as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao 1º semestre de 2007.

A Performance da Holding

A empresa enquanto Holding do Grupo Jerónimo Martins e gestora de participações sociais, apresentou em Junho de 2007 resultados operacionais de 494 milhares de euros, o que representa uma melhoria de 0,5 milhões de euros face a Junho de 2006, explicado essencialmente por resultados operacionais não recorrentes.

Os custos líquidos de financiamento aumentaram 5,7 milhões de euros face a Junho de 2006, atingindo o montante de 8,9 milhões de euros em Junho de 2007. Este aumento dos custos é explicado pelo aumento das taxas de juro e por diferenças cambiais negativas em empréstimos em moeda estrangeira.

A dívida líquida atingiu os 241,7 milhões de euros em Junho de 2007, tendo diminuído 4,4% face a Dezembro de 2006 (era de 252,8 milhões de euros).

Factos Subsequentes

A 17 de Julho de 2007 foi recebida informação das empresas Strand Ventures Inc. e Zenith, SGPS, S.A. a declararem terem alienado fora de bolsa a totalidade das acções que detinham de Jerónimo Martins, SGPS S.A. (18.323.260 e 2.911.490 acções, respectivamente). Estas participações representavam 2,92% dos direitos de voto (2,91% do capital social) no que respeita ao investimento da Strand Ventures Inc., e 0,46% de direitos de voto e de capital social relativamente à Zenith, SGPS, S.A..

Perspectivas para o 2º semestre de 2007

Os resultados do primeiro semestre do ano reflectem as decisões estratégicas em implementação nas várias áreas de negócio. Na segunda metade do ano, espera-se uma progressão sólida dos resultados, como consequência de uma notável evolução da Biedronka e da melhoria contínua e progressiva, ao longo dos trimestres, dos formatos de retalho em Portugal derivada, tanto das novas aberturas, como de acções comerciais já em implementação na rede de lojas. As companhias da área da distribuição vão prosseguir com os planos de expansão e espera-se que o Pingo Doce abra 9 lojas no segundo semestre do ano e que o Feira Nova realize entre 3 a 5 inaugurações. Na Polónia, estima-se que a Biedronka abra um mínimo de 63 lojas ao longo dos últimos seis meses de 2007.

Espera-se, para o ano de 2007, uma forte evolução de vendas, acompanhada por uma positiva evolução do EBITDA consolidado.

Informação sobre matérias ambientais

Não existem matérias ambientais relevantes que possam afectar o desempenho e a posição financeira da companhia, nem o seu futuro desenvolvimento.

Declarações Legais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a) Para além dos factos acima referidos, e dos que, em maior detalhe, constam do Relatório que acompanha as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo relativas ao 1º Semestre de 2006, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
- b) Nos termos do artigo 21º do Decreto Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
- c) Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento no 1º Semestre de 2007 de compras e vendas de Acções Próprias, pelo que o número de Acções Próprias detidas em 30 de Junho de 2007 era de 859.000 Acções Próprias. O número de acções próprias em Dezembro de 2006 era de 171.800 (com valor nominal de 5€), tendo sido convertidas, no *stock-split* de 31 de Maio de 2007, para 859.000 acções Próprias (com valor nominal de 1€).

Lisboa, 25 de Julho de 2007

O Conselho de Administração

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA A 30 DE JUNHO DE 2007

(De acordo com a disposição no artigo 447ª do Código das Sociedades Comerciais e nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 7º do Regulamento da CMVM nº 24/2000)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.06 ²		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 30.06.07	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Elísio Alexandre Soares dos Santos	100.355	-					100.355	-
José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	-	-					-	-
Luís Maria Viana Palha da Silva	-	-					-	-
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	118.305	-					118.305	-
António Mendo Castel-Branco Borges ¹	-	-					-	-
Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva	7.680	-					7.680	-
Hans Eggerstedt ¹	19.700	-					19.700	-
Manuel Fernando Macedo de Alves Monteiro	-	-					-	-
Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício ¹	-	-					-	-
Álvaro Carlos Gonzalez Troncoso	-	-					-	-

¹ pertencem adicionalmente à Comissão de Auditoria.

² o número de acções apresentado a 31.12.06 foi ajustado de acordo com o "stock-split" de 31 de Maio de 2007 (cada acção foi convertida em 5 novas acções)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., não detinha quaisquer acções e obrigações, em 30 de Junho de 2007, não tendo realizado transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS A 30 DE JUNHO DE 2007

(De acordo com a disposição nos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 6º do regulamento da CMVM nº 11/2000 e nos termos do Código dos Valores Mobiliários)

Accionista	Nº Acções detidas	% Capital	% dos Direitos de Voto ¹
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.			
Directamente	351.769.925	55,899%	55,976%
Asteck, S.A. ²			
Directamente	62.629.500	10,000%	10,014%
Strand Ventures Inc. ³			
Directamente	18.323.260	2,912%	2,916%
Zenith, SGPS, S.A. ⁴			
Directamente	2.911.490	0,463%	0,463%
Julius Baer Investment Management LLC ⁵			
Directamente	13.838.065	2,199%	2,202%

¹ % Direitos de voto = Nº Acções Detidas / (Nº Total Acções JM - Acções Próprias)

² Nos termos do artigo 16º e 20º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), as participações detidas pela Asteck, S.A. devem ser imputadas à Heerema Holding Company Inc., que detém 100% daquela sociedade.

³ Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do art. 16 do Código dos Valores Mobiliários (CVM), as participações detidas directa e indirectamente pela Strand Ventures Inc, devem ser imputadas, nos termos do n.º 1 do art. 20 do CVM às seguintes sociedades:

- Banco Privado Português (Cayman) Ltd., mediante contrato de gestão de carteira da totalidade da participação na Jerónimo Martins, SGPS, S.A.;
- Banco Privado Português, S.A., mediante acordo com diversos accionistas da sociedade Strand Ventures, o qual lhe permite a eleição da maioria dos membros do órgão de administração.

⁴ Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do art. 16 do Código dos Valores Mobiliários (CVM), as participações detidas pela Zenith, SGPS, S.A., devem ser imputadas, nos termos do n.º 1 do art. 20 do CVM às seguintes sociedades:

- Banco Privado Português, S.A., mediante contrato de gestão de carteira da totalidade da participação na Jerónimo Martins, SGPS, S.A.;
- Banco Privado Português, S.A., mediante acordo com diversos accionistas da sociedade Zenith, SGPS, S.A., o qual lhe permite a eleição da maioria dos membros do órgão de administração.

⁵ O número de acções indicado reporta-se a 6 de Dezembro de 2006, data da última comunicação desta sociedade à Jerónimo Martins, SGPS, SA.



II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Junho 2007	Junho 2006
Prestações de serviços		4.953	6.796
Custo das prestações de serviços		(3.721)	(4.467)
Resultados brutos		1.232	2.329
Outros proveitos e ganhos operacionais		74	57
Custos administrativos		(649)	(1.103)
Outros custos e perdas operacionais		(786)	(1.292)
Resultados operacionais não usuais		623	-
Resultados Operacionais		494	(9)
Custos líquidos de financiamento	3	(8.915)	(3.211)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	5	44.082	29.990
Ganhos (perdas) em outros investimentos		1.319	557
Resultados Correntes		36.980	27.327
Imposto sobre o rendimento do exercício	4	2.198	(201)
Resultados líquidos		39.178	27.126
Resultado básico por acção (euros) *	16	0,062	0,043
Resultado básico diluído por acção (euros) *	16	0,062	0,043

* O Resultado por acção de Junho de 2006 foi ajustado de acordo com o "stock split" de 31 de Maio de 2007 (cada acção foi convertida em 5 novas acções)

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Junho 2007	Dezembro 2006
Activo			
Activos fixos tangíveis	6	212	249
Activos intangíveis	7	12	11
Propriedades de investimento		2.470	2.470
Partes de capital em empresas do grupo	8	238.418	240.529
Partes de capital em <i>joint-ventures</i>		6.349	6.349
Empréstimos a empresas do grupo	9	672.105	719.375
Empréstimos a <i>joint-ventures</i>	9	164.199	164.199
Investimentos financeiros disponíveis para venda	10	39.562	29.557
Instrumentos financeiros derivados	20	382	331
Impostos diferidos activos	11	8.873	6.658
Total de activos não correntes		1.132.582	1.169.728
Impostos a recuperar	11	175	120
Empréstimos a empresas do grupo	9	94.657	82.661
Empréstimos a <i>joint-ventures</i>	9	21.852	-
Devedores e acréscimos e diferimentos	12	5.714	15.012
Caixa e equivalentes de caixa	13	559	905
Total de activos correntes		122.957	98.698
Total do activo		1.255.539	1.268.426
Capital Próprio e Passivo			
Capital	15.1	629.293	629.293
Prémios de emissão		22.452	22.452
Acções próprias		(6.060)	(6.060)
Reservas	15.2	20.378	8.344
Resultados retidos		326.434	342.558
Total do capital próprio		992.497	996.587
Empréstimos obtidos	17	215.092	227.216
Instrumentos financeiros derivados	20	3.747	1.343
Benefícios concedidos a empregados	18	13.463	14.647
Provisões	18	25	14
Impostos diferidos passivos	11	301	305
Total de passivos não correntes		232.628	243.525
Credores e acréscimos e diferimentos	19	4.630	3.097
Empréstimos obtidos	17	25.544	25.017
Impostos a pagar	11	240	200
Total de passivos correntes		30.414	28.314
Total do capital próprio e do passivo		1.255.539	1.268.426

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Outras reservas	Resultados retidos	Total do capital próprio
Balanço em 1 de Janeiro de 2006		629.293	22.452	(6.060)	4.646	359.047	1.009.378
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda					(1.656)		(1.656)
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura fluxos de caixa (IAS 39)							
- Valor bruto					149		149
- Imposto diferido					(41)		(41)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio		-	-	-	(1.548)	-	(1.548)
Resultados do do 1º semestre de 2006						27.126	27.126
Total de ganhos e perdas reconhecidas no período		-	-	-	-	27.126	27.126
Pagamento de dividendos						(52.789)	(52.789)
Balanço em 30 de Junho de 2006		629.293	22.452	(6.060)	3.098	333.384	982.167

Balanço em 1 de Janeiro de 2007		629.293	22.452	(6.060)	8.344	342.558	996.587
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda					12.028		12.028
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura fluxos de caixa (IAS 39)							
- Valor bruto					8		8
- Imposto diferido					(2)		(2)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio		-	-	-	12.034	-	12.034
Resultados do do 1º semestre de 2007						39.178	39.178
Total de ganhos e perdas reconhecidas no período		-	-	-	-	39.178	39.178
Pagamento de dividendos						(55.302)	(55.302)
Balanço em 30 de Junho de 2007		629.293	22.452	(6.060)	20.378	326.434	992.497

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006**

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Junho 2007	Junho 2006
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e outros devedores		7.461	7.789
Pagamentos a fornecedores e ao pessoal		(5.779)	(7.485)
Caixa gerado pelas operações	14	1.682	304
Juros pagos		(5.227)	(4.343)
Imposto sobre o rendimento pago		(54)	(50)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		(3.599)	(4.089)
Actividades de investimento			
Alienação de activos fixos tangíveis		-	-
Alienação de investimentos financeiros disponíveis para venda		11.149	-
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a participadas	9	209.666	21.000
Juros recebidos		6.144	5.004
Dividendos recebidos		40.312	26.417
Aquisição e aumentos de capital em empresas do grupo e associadas		-	(64)
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a participadas	9	(196.266)	(64.149)
Aquisição de activos fixos tangíveis		(3)	(39)
Aquisição de activos intangíveis		(2)	(2)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		71.000	(11.833)
Actividades de financiamento			
Recebimentos relativos a empréstimos obtidos	17	529	89.409
Recebimentos de juros e proveitos similares		26	23
Reembolso de empréstimos obtidos	17	(13.000)	(22.021)
Pagamento de dividendos	15	(55.302)	(52.788)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(67.747)	14.623
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(346)	(1.299)
Movimento de caixa e outros equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		905	1.482
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(346)	(1.299)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13	559	183

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

Índice das notas às demonstrações financeiras individuais	Página
1. Actividade.....	15
2. Políticas contabilísticas.....	15
3. Custos líquidos de financiamento	16
4. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados.....	16
5. Ganhos (perdas) em filiais e associadas	17
6. Activos fixos tangíveis	17
7. Activos Intangíveis.....	17
8. Partes de capital	18
9. Empréstimos concedidos	18
10. Investimentos financeiros disponíveis para venda.....	19
11. Impostos.....	19
12. Devedores e acréscimos e diferimentos.....	20
13. Caixa e equivalentes de caixa	20
14. Fluxo gerado pelas operações	21
15. Capital e reservas	21
16. Resultado por acção	22
17. Empréstimos obtidos	22
18. Provisões e ajustamentos ao valor de realização	23
19. Credores e acréscimos e diferimentos	23
20. Instrumentos financeiros.....	23
21. Contingências	24
22. Eventos subsequentes à data do balanço.....	24

1. Actividade

A Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo) e está sediada em Lisboa, na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 9, Letra J, 1099-008 Lisboa. A sua actividade resulta essencialmente na gestão das participações sociais das empresas do Grupo.

O Grupo Jerónimo Martins dedica-se fundamentalmente à produção, distribuição e venda de géneros alimentícios e outros produtos de grande consumo. O Grupo opera em Portugal e na Polónia.

A JMH está cotada na Euronext Lisboa (anterior Bolsa de Valores de Lisboa e Porto) desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 25 de Julho de 2007.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo:

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (**M EUR**).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os mesmos princípios e políticas contabilísticas adoptados pela empresa na elaboração das demonstrações financeiras anuais, incluindo essencialmente uma explicação dos eventos e alterações relevantes para a compreensão das alterações na posição financeira e desempenho da empresa desde a última data do relatório anual. Desta forma, é omitida a maior parte das notas constantes nas demonstrações financeiras de 2006, quer por não terem sofrido alteração, quer por não serem materialmente relevantes para a compreensão das presentes demonstrações financeiras intercalares.

De acordo com o previsto no nº 2 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 35/2005, a Jerónimo Martins decidiu optar por elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas nos termos do artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data do balanço foram as seguintes:

	Taxa em 30/06/2007
Zloty Polaco (PLN)	0,2654 €
Libra Esterlina (GBP)	1,4837 €

3. Custos líquidos de financiamento

	Junho 2007	Junho 2006
Juros suportados	(5.744)	(4.236)
Justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura	(2.110)	(1.026)
Diferenças de câmbio	(882)	2.419
Outros proveitos e custos financeiros	(179)	(368)
Custos líquidos de financiamento	(8.915)	(3.211)

Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de crédito e encargos de emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

A valorização ao justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura encontra-se explicitada na nota 20.

4. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

4.1 Imposto corrente

	Junho 2007	Junho 2006
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(21)	(17)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	(2)	(2)
	(23)	(19)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	576	(477)
Reconhecimento de diferenças temporárias geradas em exercícios anteriores	1.645	295
	2.221	(182)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	2.198	(201)

4.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	Junho 2007	Junho 2006
Resultado antes de imposto (RAI)	36.980	27.327
Imposto à taxa de 26,5% (2006: taxa de 27,5%)	(9.800)	(7.515)
Resultados não tributados ou não recuperáveis	11.412	7.897
Custos não dedutíveis	(1.015)	(1.128)
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	-	269
Ajustamento de taxas de imposto (IRD sobre prejuízos fiscais do ano)	(21)	-
Reconhecimento de diferenças temporárias geradas em exercícios anteriores	1.645	295
Insuficiências (excesso) estimativa do ano anterior	(2)	(2)
Resultados sujeitos a tributações autónomas e outras formas de tributação	(21)	(17)
Imposto do ano	2.198	(201)
Taxa média efectiva de imposto	(5,94%)	0,74%

5. Ganhos (perdas) em filiais e associadas

	Junho 2007	Junho 2006
Dividendos recebidos	39.854	25.859
Juros de empréstimos concedidos	6.372	4.924
Ajustamentos para correcção do valor de aquisição	(2.133)	(778)
Aumento/redução de provisões	(11)	(15)
	44.082	29.990

6. Activos fixos tangíveis

6.1 Movimentos ocorridos no exercício

Activo Bruto

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Edifícios e outras construções	130	-	-	-	130
Equipamento de transporte	91	-	-	-	91
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	1.675	-	-	-	1.675
Outros activos fixos tangíveis	389	-	-	-	389
	2.287	-	-	-	2.287

Amortizações e provisões acumuladas

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Edifícios e outras construções	59	6	-	-	65
Equipamento de transporte	62	4	-	-	66
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	1.589	27	-	-	1.616
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-	326
	2.038	37	-	-	2.075
Valor líquido	249				212

7. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são constituídos por despesas de investigação e de desenvolvimento e contém despesas suportadas com a implementação e *upgrades* do sistema informático SAP que entrou em produtivo em 1999, no valor bruto de M EUR 259. O valor líquido ascende a M EUR 12 (2006: M EUR 11).

8. Partes de capital

8.1 Em empresas do grupo

	Junho 2007
Valor líquido em 1 de Janeiro	240.529
Aumentos	-
Diminuições	-
Aumentos das provisões para perdas por imparidade	(2.111)
Redução das provisões para perdas por imparidade	-
Valor líquido em 30 de Junho	238.418

9. Empréstimos concedidos

9.1 Empréstimos a empresas do grupo

Empréstimos não correntes	Junho 2007
Valor líquido em 1 de Janeiro	719.375
Aumentos	151.042
Diminuições	(198.290)
Aumentos das provisões para perdas por imparidade	(22)
Redução das provisões para perdas por imparidade	-
Valor líquido em 30 de Junho	672.105
Empréstimos correntes	Junho 2007
Valor líquido em 1 de Janeiro	82.661
Aumentos	23.372
Diminuições	(11.376)
Valor líquido em 30 de Junho	94.657

Os empréstimos correntes vencem juros a taxas normais de mercado. Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros) e suprimentos de médio/longo prazo (remunerados a taxas normais de mercado).

9.2 Empréstimos a joint-ventures

Os empréstimos não correntes a joint-ventures ascendiam a M EUR 164.199 (2006: M EUR 164.199), revestindo a natureza de suprimentos de médio/longo prazo, sendo remunerados a taxas normais de mercado.

Empréstimos correntes	Junho 2007
Valor líquido em 1 de Janeiro	-
Aumentos	21.852
Diminuições	-
Valor líquido em 30 de Junho	21.852

10. Investimentos financeiros disponíveis para venda

	Junho 2007	Dezembro 2006
Acções BCP	39.562	29.557

Durante o 1º semestre, foram alienadas 1.000.000 acções do BCP, tendo esta operação gerado um proveito de M EUR 860.

Em 30 de Junho de 2007, os títulos do BCP em carteira (9,5 milhões de acções) foram valorizados ao valor de mercado – cotação a 30 de Junho de 2007 de 4,14 euros – Euronext Lisboa. As variações ao justo valor destes activos são relevadas directamente no capital próprio, tendo dado origem a uma variação patrimonial positiva de M EUR 12.028.

11. Impostos

11.1 Impostos diferidos activos e passivos

As projecções de médio/longo prazo da companhia evidenciam a ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade de parte dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Nesse sentido, estão reconhecidos impostos diferidos sobre o montante de prejuízos recuperáveis, assim como sobre outras diferenças temporárias em aberto no balanço, conforme abaixo se apresenta.

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	Junho 2007	Dezembro 2006
Impostos diferidos activos	8.873	6.658
Impostos diferidos passivos	(301)	(305)
	8.572	6.353

Movimentos ocorridos nos impostos diferidos:

	01/01/2007	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	30/06/2007
Impostos diferidos passivos				
Reavaliações de activos	(271)	-	-	(271)
Justo Valor de instrumentos financeiros derivados	(34)	4	-	(30)
	(305)	4	-	(301)
Impostos diferidos activos				
Custos com pensões	3.881	(313)	-	3.568
Prejuízos a recuperar	2.379	1.996	-	4.375
Amortizações contabilísticas diferentes das amortizações fiscais	84	(84)	-	-
Justo Valor de instrumentos financeiros derivados	314	618	(2)	930
	6.658	2.217	(2)	8.873
Variação líquida de imposto diferido	6.353	2.221	(2)	8.572

11.2 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A companhia não reconheceu impostos diferidos activos sobre o montante de prejuízos fiscais para os quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes que assegurem a sua recuperabilidade.

Os montantes de impostos diferidos não reconhecidos são como se apresenta:

	Junho 2007	Dezembro 2006
Prejuízos fiscais	21.135	28.147
Taxa de imposto	25%	25%
Impostos diferidos activos (não reconhecidos)	5.284	7.037

11.3 Impostos a recuperar e a pagar

Impostos a recuperar

	Junho 2007	Dezembro 2006
IRC a recuperar	143	117
IVA a recuperar – Estrangeiro	32	3
	175	120

Impostos a pagar

IVA a pagar	-	9
IRC a pagar	21	27
IRS/IRC retido	122	83
Segurança social	59	43
Imp. Municipal sobre Imóveis	38	38
	240	200

12. Devedores e acréscimos e diferimentos

	Junho 2007	Dezembro 2006
Empresas do grupo e associadas	1.416	1.052
Saldos devedores de fornecedores	15	11
Pessoal	17	15
Outros devedores	32	8.280
Acréscimos de proveitos	3.668	4.758
Custos diferidos	566	896
	5.714	15.012

13. Caixa e equivalentes de caixa

	Junho 2007	Dezembro 2006
Depósitos à ordem	21	26
Aplicações de tesouraria	530	870
Caixa e equivalentes de caixa	8	9
	559	905

14. Fluxo gerado pelas operações

	Junho 2007	Junho 2006
Resultado líquido	39.178	27.126
Ajustamentos para:		
Impostos	(2.198)	201
Amortizações	38	62
Provisões	11	15
Ganhos/perdas na alienação de invest. financeiros disp. venda	(860)	-
Resultados financeiros	(35.640)	(28.133)
Ganhos / perdas em empresas do grupo	-	777
Ganhos/perdas na alienação e abate de activos fixos tangíveis	-	-
	529	48
Variações de <i>working capital</i>:		
Devedores e acréscimos e diferimentos	851	(16)
Credores e acréscimos e diferimentos	1.473	(20)
Provisões e benefícios concedidos a empregados	(1.171)	292
Caixa gerado pelas operações	1.682	304

15. Capital e reservas

15.1 Capital social

Em 31 de Maio de 2007 realizou-se um "*stock-split*" sobre as acções da Jerónimo Martins SGPS SA: cada acção detida foi convertida em 5 novas acções, com valor nominal de um euro. Desta forma, o capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2006: 125.858.644), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida.

Não existem acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pela companhia encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

15.2 Movimentos ocorridos nas reservas

	Cash Flow Hedging reserve	Instrumentos Financeiros detidos para venda	Total
Balanço em 1 de Janeiro de 2007	137	8.207	8.344
Justo valor de inst. de cobertura de fluxos de caixa (IAS 39):			
- Valor bruto	8		8
- Imposto diferido	(2)		(2)
Justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda		12.028	12.028
Balanço em 30 de Junho de 2007	143	20.235	20.378

15.3 Dividendos

Foram distribuídos aos accionistas da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., em 2007, dividendos no montante de M EUR 55.302 (correspondentes a EUR 0,44 por acção; considerando o *stock-split* seria de 0,088 por acção), respeitando ao exercício de 2006.

16. Resultado por acção

16.1 Resultado básico e diluído por acção

Em 31 de Maio de 2007 realizou-se um "stock-split" sobre as acções da Jerónimo Martins SGPS SA: cada acção detida foi convertida em 5 novas acções, com valor nominal de um euro. Desta forma, foi ajustado o cálculo do resultado por acção de Junho de 2006.

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro líquido atribuível aos accionistas ordinários de M EUR 39.178 (2006: lucro de M EUR 27.126) e no número médio ponderado de acções ordinárias pendentes no período que ascendem a 628.434.220 (2006 ajustado: 628.434.220). Na medida em que não existem títulos diluidores das acções da JMH, o resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção.

	Junho 2007	Junho 2006
Acções ordinárias emitidas no início do ano *	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano *	859.000	859.000
Acções próprias adquiridas durante o ano	-	-
Acções emitidas durante o ano	-	-
Número médio ponderado de acções ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado por acção – euros	0,062	0,043
Resultado por acção (diluído) – euros	0,062	0,043

* número de acções ajustado conforme "stock split" de 31 de Maio de 2007

17. Empréstimos obtidos

17.1 Empréstimos correntes e não correntes

	Junho 2007	Dezembro 2006
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários – Programas de Papel Comercial	72.000	85.000
Empréstimos bancários – Programas de Papel Comercial PLN	53.083	52.206
Empréstimos por obrigações	90.000	90.000
Responsabilidades com locação financeira	9	10
	215.092	227.216
Empréstimos correntes		
Empréstimos bancários – Programas de Papel Comercial	25.000	25.000
Descobertos bancários	529	-
Responsabilidades com locação financeira	15	17
	25.544	25.017

17.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos bancários - Programas de Papel Comercial	3,96%	97.000	25.000	72.000
Empréstimos bancários - Programas de Papel Com. - PLN	4,38%	53.083	-	53.083
Empréstimos por obrigações JMH/03	4,10%	40.000	-	40.000
Empréstimos por obrigações JM2009 e JM2010	4,45%	50.000	-	50.000
Descobertos bancários	4,58%	529	529	-
Responsabilidades com locações financeiras	5,81%	24	15	9
		240.636	25.544	215.092

17.3 Empréstimos bancários: papel comercial

Foram celebrados vários empréstimos bancários, sob a forma de Programa de Papel Comercial, no montante global de M EUR 245.000, sendo a taxa de juro variável. No final do 1º semestre de 2007, do total contratado, apenas estava a ser utilizado M EUR 97.000. A maturidade dos contratos de Programa de Papel Comercial é a seguinte:

Maturidade	Montante
2008 – 1º Semestre	25.000
2008 – 2º Semestre	5.000
2010	67.000

18. Provisões e ajustamentos ao valor de realização

Rubricas	Saldo inicial	Constituição	Utilização/ Redução	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo	259.370	2.111	-	261.481
Empréstimos a empresas do grupo	26.267	22	-	26.289
Benefícios a empregados	14.647	-	(1.184)	13.463
Outras provisões	14	11	-	25
	300.298	2.144	(1.184)	301.258

19. Credores e acréscimos e diferimentos

	Junho 2007	Dezembro 2006
Montantes a liquidar a empresas do grupo	1.324	157
Credores comerciais	314	248
Credores não comerciais	11	10
Acréscimos de custos	2.981	2.682
	4.630	3.097

20. Instrumentos financeiros

Reflexo da actualização ao Justo Valor

	Junho 2007		Dezembro 2006	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não correntes				
Swap taxa de juro	382	3.747	331	1.343
	382	3.747	331	1.343

20.1 Risco de taxa de juro

Portfólio de Derivados de Taxa de Juro (DTJ)

A gestão de risco de taxa de juro é feita com recurso a instrumentos derivados, tais como, *swaps* e *opções*. Tratam-se de ferramentas eficientes e de baixo custo para cobrir ou anular variações negativas nos *cash flows* associados ao serviço da dívida.

No final de Junho de 2007, a avaliação líquida dos DTJ em carteira ascendeu a M EUR -3.365 (2006: M EUR -1.012).

20.2 Reflexos nas demonstrações financeiras

	Junho 2007	Junho 2006
Justo valor dos instrumentos financeiros a 1 de Janeiro	(1.012)	(1.296)
(Recebimentos) / Pagamentos efectuados no exercício	(296)	39
Justo valor derivados de negociação (P&L)	(2.110)	(1.026)
Justo valor derivados de cobertura (Reservas)	8	149
Custo com juros de derivados de cobertura (P&L)	45	(17)
Justo valor dos instrumentos financeiros a 30 de Junho	(3.365)	(2.151)

Relativamente a estes instrumentos existem juros já decorridos (saldos devedores), no montante de M EUR 97 (2006: M EUR 174).

21. Contingências

A JMH detém uma participação numa sociedade com os capitais próprios negativos, pelo que o investimento financeiro se encontra totalmente provisionado. Adicionalmente, existe uma provisão para riscos e encargos relativa às responsabilidades potenciais associadas aos capitais próprios negativos.

A JMH foi notificada durante este semestre pela Direcção de Serviços de Prevenção e Inspeção Tributária (DSPIT) do Ministério das Finanças.

De acordo com a DSPIT, relativo ao exercício de 2003, a JMH deverá proceder à requalificação fiscal dos dividendos recebidos de uma participada na Zona Franca da Madeira, que na opinião daquela entidade, deveriam ter sido tratados como juros.

A JMH, com o apoio dos seus consultores fiscais e jurídicos, considera não existir validade nem fundamento, tendo exercido o direito de audição prévia, pelo que irá aguardar a notificação do relatório final. Convicta de que lhe assiste inteira razão nesta matéria, a Sociedade não irá proceder a qualquer alteração nas suas Demonstrações Financeiras.

22. Eventos subsequentes à data do balanço

A 17 de Julho de 2007 foi recebida informação das empresas Strand Ventures Inc. e Zenith, SGPS, S.A. a declararem terem alienado fora de bolsa a totalidade das acções que detinham de Jerónimo Martins, SGPS S.A. (18.323.260 e 2.911.490 acções, respectivamente). Estas participações representavam 2,92% dos direitos de voto (2,91% do capital social) no que respeita ao investimento da Strand Ventures Inc., e 0,46% de direitos de voto e de capital social relativamente à Zenith, SGPS, S.A..

Lisboa, 25 de Julho de 2007

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral

Introdução

1 Apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, da Jerónimo Martins, SGPS, SA., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 1.255.539 milhares de euros e um total de capital próprio de 992.497 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 39.178 milhares de euros) a Demonstração dos resultados por funções, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com a norma internacional de contabilidade 34, "Relato Financeiro Intercalar", tal como adoptada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários (CVM); (b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Jerónimo Martins, SGPS, SA.
3 de Agosto de 2007

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com a norma internacional de contabilidade 34, "Relato Financeiro Intercalar", tal como adoptada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 3 de Agosto de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.